



## VERDE FIC FIM

### Relatório de Gestão

Janeiro de 2022

Desempenho	Janeiro 2022	Acumulado 2022
Verde	1,49%	1,49%
CDI	0,73%	0,73%

Para mais informações relevantes à análise da rentabilidade deste Fundo – tais como taxa de administração, taxa de performance, rentabilidade “mês a mês” ou PL médio, consulte o Resumo Gerencial ao final deste material.

O fundo Verde teve em janeiro ganhos com as posições tomadas em juros nos mercados desenvolvidos, com ações e inflação implícita no Brasil. As perdas, marginais, vieram de posições em ações globais e do juro real brasileiro.

O ano começou com muita volatilidade. Os bancos centrais das principais economias caminharam na direção de apertos de juros mais agressivos, levando a uma correção importante dos mercados acionários globais. O S&P 500 teve o pior janeiro desde 2009, e o Nasdaq caiu -8,5%, mostrando o forte impacto das taxas mais altas de juros nas empresas de alto crescimento.

O Brasil, onde esse processo de aperto monetário já está muito mais adiantado, teve uma boa performance neste mês, beneficiado por altas de preço de commodities e fluxos de investidores estrangeiros. Apesar da boa performance no curtíssimo prazo, nos preocupa a escala das medidas populistas que o governo está sinalizando, e é sobre este tema que nosso economista-chefe, Daniel Leichsenring, escreve abaixo:



## Terraplanismo econômico

Nem bem o ano começou, e os votos de felicidade, saúde e prosperidade já parecem ter se esvaído, na bruma populista e eleitoreira. O fim do ano sempre é boa oportunidade para pensarmos nos erros e acertos do ano anterior, e tentar traçar metas para corrigir os problemas e manter as virtudes.

No réveillon governista, parece difícil encontrar o que manter. Em praticamente todas as áreas de atuação, o que se viu foi um desastre. Da ação deliberada de atrasar a vacina e jogar insistentemente contra, com o suprassumo das fake news antivax, à política econômica. No entanto, ao invés de rever, o governo acena com a aceleração dos erros.

Na esfera econômica, vimos um Ministério da Economia trabalhando em marcha forçada para a destruição do Teto de Gastos, em parceria com o chefe do executivo e demais da ala política e do Congresso. Começou com o “meteoro”, acabou com a destruição completa da credibilidade do Teto de Gastos e da Lei de Responsabilidade Fiscal, alterados para acomodar um volume extraordinário de gastos a mais com o fundo eleitoral e as emendas parlamentares, sob a esfarrapada desculpa de atender aos mais pobres com o Auxílio Brasil.

No final, o que restou do regime fiscal? Muito pouco. Se as pressões por gastos forem grandes, muda-se o Teto e aumenta-se o gasto. Se há *lobby* para reduzir algum imposto, muda-se a LRF para evitar compensar o resultado fiscal mais negativo. Teto e LRF deixaram de impor qualquer barreira aos populistas de plantão.

Na virada do ano, com orçamento votado, Teto modificado, mas em vigor, Congresso e Judiciário em recesso, poderia haver alguma margem para imaginar que o pior havia ficado para trás. Ledo engano. No afã de tentar reverter a absoluta impopularidade de seu governo, eis que o Presidente revela um plano infalível: reduzir a tributação sobre os combustíveis e energia elétrica.

Durante os anos “dourados” da dupla dinâmica Dilma–Mantega, foram várias incursões no terreno da desoneração de curto prazo, temporárias. Algumas metas de inflação foram salvas por queda de IPI, e com isso o BC dócil pôde manter taxas de juros artificialmente baixas. Eram apenas um aperitivo antes do prato principal: a era das pedaladas fiscais, que subnotificaram despesas, superdimensionaram receitas por meio da triangulação com os bancos federais e Petrobras, transformando dívida em receita.

A lista é tão longa e conhecida que foge do escopo deste artigo. Basta lembrar que as políticas fiscais absolutamente irresponsáveis do período resultaram na mais severa e duradoura recessão da história do país, que fez o PIB contrair mais de 7%, o desemprego dobrar num curto período de tempo (de 6,5% para mais de 13% entre 2014 e o começo de 2017), a dívida pública



explodir, e a inflação a levar milhões para a pobreza. As consequências, infelizmente, vieram depois, como de costume, e duram até hoje. No setor elétrico, por exemplo, as intervenções do governo Dilma para reduzir a tarifa produziram efeito exatamente contrário, de forma que o consumidor brasileiro ainda paga pelos custos das medidas populistas de nove anos atrás.

Convenientemente, o outrora ministro da Fazenda da dupla dinâmica escreve artigo sobre o plano de governo do próximo governo Lula, apagando totalmente dos registros o período do governo petista de 2014 a 2016, como se fossem anos caídos do céu, sem relação com as suas políticas implementadas.

E quem poderia imaginar que o governo eleito em 2018 acusando o governo Petista de instaurar o comunismo e implementar políticas econômicas totalmente equivocadas iria começar o último ano de seu mandato recorrendo às piores práticas do governo petista, de um populismo eleitoreiro barato, totalmente irresponsável? No final, são irmãos gêmeos, separados no nascimento. A proposta de eliminar os impostos sobre os combustíveis é um desvario completo, e não resiste a 1 minuto de considerações sobre sua qualidade ou conveniência.

Supondo a eliminação do PIS/COFINS e CIDE sobre todos os combustíveis e energia elétrica, haveria o custo anual da ordem de R\$70 bi. Eliminar o IPI custaria outros R\$75 bi/ano, e se a farra se estender ao ICMS, mais R\$110 bi/ano. No mínimo, estaríamos falando de uma desoneração da ordem de 1% do PIB, e no máximo, de 3% do PIB.

Com a PEC dos Precatórios, Executivo e Congresso decidiram acabar com o ajuste fiscal por meio do controle do aumento de gastos (importante notar que os gastos nunca caíram, apenas cresceram menos). E aumentou-se o gasto em 2022 em algo perto de 1,2% do PIB. Se o ajuste fiscal não pode mais ser feito via gasto, só pode ser feito via arrecadação, e eis que surge essa proposta incompreensível de baixar os impostos em mais de 1% do PIB, sob a chocante justificativa do Ministério da Economia de que há excesso de arrecadação. Um detalhe: estimamos um déficit nominal em 2022 próximo a R\$730 bilhões, e a proposta elevaria o déficit a pelo menos R\$800 bilhões. Com isso, a dívida passa de 80,3% do PIB em 2021 para 85% do PIB em 2022, e seguirá subindo nessa intensidade. Claro que diante dessa dinâmica, a taxa de juros acabará aumentando, numa bola de neve.

Outra questão: a redução de impostos irá para os mais pobres? Ou beneficiará os mais ricos? Quem consome gasolina tem que ter no mínimo algum bem que a utilize, como carro ou moto, por exemplo, o que para a realidade brasileira já o distingue da parcela mais pobre da população e a mais carente de algum tipo de ajuda. De cara, pensando na queda apenas do PIS/COFINS, quase 45% dos impostos reduzidos seriam recebidos pelos mais ricos, numa afronta a qualquer decisão racional de destinação de



impostos. No Diesel, serviria claramente para acalmar a base eleitoral do presidente, que dificilmente poderia ser considerada pobre.

Vamos incentivar combustíveis fósseis? Reduzir o custo de combustível fóssil em relação à matriz renovável é uma política do mesmo calibre do incentivo às térmicas a carvão e da política ambiental.

Qual a mensagem para a sociedade? De que não existe qualquer problema fiscal no Brasil, que vai tudo muito bem, a dívida pública (uma das maiores entre os países emergentes, senão a maior, e com a taxa de juros mais alta) não é um problema, nem o déficit público de 8% do PIB. Há “excesso de arrecadação”. Traduzindo para a realidade das famílias: imagine que a renda de um domicílio é muito menor do que seu gasto no ano, e a família vem acumulando dívidas crescentes, com taxas de juros cada vez mais altas. Não obstante, os chefes da família falam para os demais moradores da residência que estão com excesso de salário, e que estão pensando em trabalhar 1 dia a menos por semana.

Qual a mensagem para o Congresso? O guardião do cofre abriu a porta, venham com qualquer proposta que tenha algum benefício eleitoral que será contemplada. Que venham as desonerações, a correção da tabela do IR, as pressões por reajustes de salários da elite do funcionalismo público com força política (que estão entre os 0,1% de maior renda do Brasil). A irresponsabilidade fiscal virou a regra. Quando o Presidente quer e o Ministro da Economia autoriza, não será o Congresso a instituição que evitará o abismo fiscal eleitoral.

Curiosamente, com a volta do juro alto e a volta do investidor estrangeiro na bolsa brasileira, a reação natural do mercado a propostas deste calibre não está ocorrendo. O termômetro quebrou. Com dólar caindo e bolsa subindo no ano, não há amarras para atitudes ainda mais populistas.

O governo Bolsonaro chega ao fim de maneira praticamente indistinguível do governo Dilma do ponto de vista econômico, bem como o ministro da Economia converge para o ministro da Fazenda que gerou o maior desastre econômico de que se tem registro. De maneira semelhante, é chocante ver o silêncio das associações de classe empresariais sobre essas desonerações.

Infelizmente, não é surpresa, são os mesmos que clamaram pelas intervenções do governo Dilma (fechamento da economia, incentivos, desonerações e redução forçada do custo de energia). Essas associações estão sempre dedicadas a extrair o máximo de benefícios em causa própria, independente das consequências para o restante da sociedade. Todos se mobilizaram fortemente contra a reforma tributária ou redução de gasto tributário e incentivos, mas adoram um populismo fiscal que os contemple. Convém lembrar que quando o fiscal explodir, todos no barco afundarão. E o que entristece é que quando isso ocorrer, estarão de volta a Brasília a pleitear ajuda para salvá-los da crise!



A Terra é mesmo plana. Oxalá que as pessoas de bem acabem por perceber que este caminho traçado pelo governo será tão desastroso na economia quanto o implementado no governo do PT (no passado e no projeto), com consequências dramáticas sobre a renda real, a pobreza, as oportunidades, a esperança de termos um futuro melhor.

Ainda há tempo para barrar essa proposta e de encontrar uma alternativa política viável para o Brasil.

## Breakdown — Resultados do Fundo

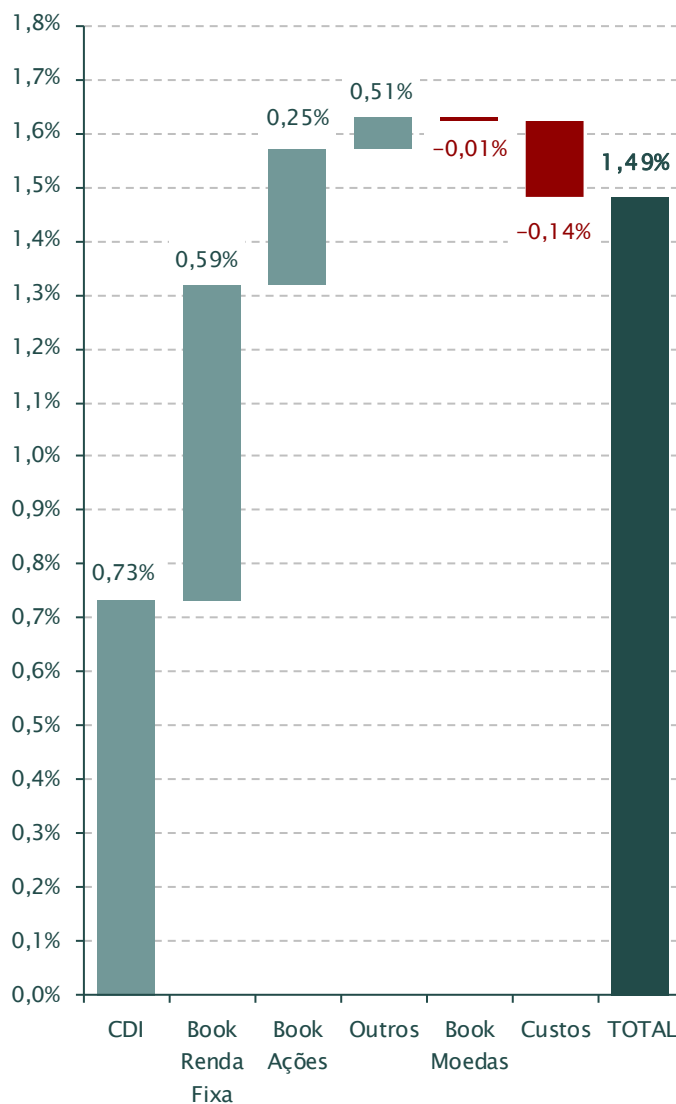
Resultado Real do Verde — Rentabilidade ex CDI		
	Janeiro 2022	Acumulado 2022
<b>I) Book Moedas</b>		
Dólar	0,00	0,00
Moedas	-0,01	-0,01
<b>Resultado Moedas</b>	<b>-0,01</b>	<b>-0,01</b>

<b>II) Book Renda Fixa</b>		
DI pré	0,14	0,14
Cupom cambial	0,00	0,00
RF Inflação	-0,42	-0,42
Global Rates	0,83	0,83
Crédito	0,04	0,04
<b>Resultado Renda Fixa</b>	<b>0,59</b>	<b>0,59</b>

<b>III) Book Ações</b>		
<b>Resultado Ações</b>	<b>0,25</b>	<b>0,25</b>

CDI	0,73	0,73
Moedas(I)+Renda Fixa(II)+Outros	0,64	0,64
Ações(III)	0,25	0,25
Custos	-0,14	-0,14
<b>Resultado do Fundo</b>	<b>1,49</b>	<b>1,49</b>

Para todos os ativos que utilizamos caixa, as rentabilidades expressas acima já são reais (ex CDI)



# VERDE FIC FIM

Resumo Gerencial  
31/jan/2022



Estratégia multimercado *flagship* lançada em 1997, é um dos maiores e mais antigos *hedge funds* brasileiros. Atua no mercado brasileiro e internacional de ações, renda fixa e moedas sob a gestão de Luis Stuhlberger.

A descrição acima não pode ser considerada como objetivo do Fundo. Todas as informações obrigatórias estão disponíveis no formulário de informações complementares, na lâmina de informações essenciais (se houver) e/ou no regulamento, disponíveis em [www.verdeasset.com.br](http://www.verdeasset.com.br)

## Público-alvo

Fundo destinado ao público em geral, observados os valores mínimos de aplicação inicial, permanência e movimentação constantes no prospecto.

O fundo VERDE FIC FIM é resultado de uma cisão realizada em 21/mar/2015 do fundo CSHG VERDE FIC FIM, que teve início em 2/jan/1997.

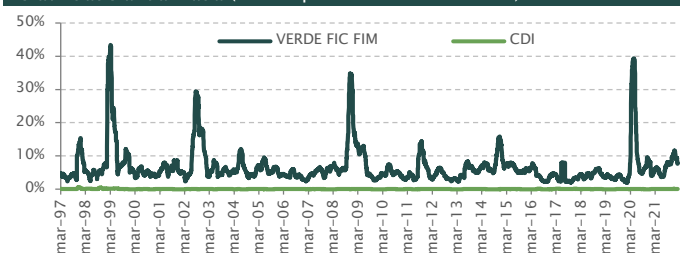
Características	
CNPJ	22.187.946/0001-41
Data de início	21/mar/2015*
Aplicação mínima	R\$ 5.000,00
Saldo mínimo	R\$ 5.000,00
Movimentação mínima	R\$ 2.000,00
Cota	Fechamento
Cota de aplicação	D+0
Cota de resgate	D+0
Liquidação de resgate	D+1
Carência para resgate	Não há
Tributação aplicável	Longo Prazo
Taxa de saída antecipada	Não há
Taxa de administração	1,50% a.a.1
Taxa de performance	20% que exceder a 100% do CDI

\*A taxa de administração máxima paga pelo Fundo, englobando a taxa de administração acima e as taxas de administração pagas pelo Fundo nos fundos em que poderá eventualmente investir será de 2,00% a.a. \*Data da cisão com o fundo CSHG VERDE FIC FIM, que teve início em 2/jan/1997.

## Fechado para novas aplicações

Classificação ANBIMA:	Multimercados Macro
Admte Alavancagem:	Sim
Gestor:	Verde Asset Management S.A
Administrador:	Intrag Distribuidora De Títulos E Valores Mobiliários Ltda.

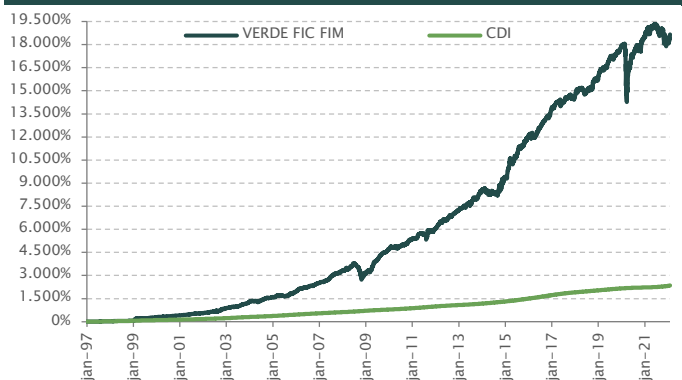
## Volatilidade anualizada (Desvio padrão - média 40 dias)



Performance	Fundo	CDI
Retorno anualizado	23,30%	13,64%
Desvio padrão anualizado *	8,92%	0,39%
Índice de sharpe *	1,08	-
Rentabilidade acumulada em 12 meses	-0,33%	5,00%
Número de meses positivos	246	300
Número de meses negativos	54	0
Número de meses acima de 100% do CDI	188	-
Número de meses abaixo de 100% do CDI	112	-
Mayor rentabilidade mensal	63,45%	3,28%
Menor rentabilidade mensal	-11,46%	0,13%
Patrimônio líquido *	R\$ 1.284.769.595,90	
Patrimônio líquido médio em 12 meses	R\$ 1.363.117.245,62	

\* Calculado desde a constituição do fundo CSHG VERDE FIC FIM MULT até 31/jan/2022.

## VERDE FIC FIM x CDI



Calculado até 31/jan/2022

## Rentabilidades (%)

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Acum. Ano	CDI	Acum. Fdo.	Acum. CDI*
1997	2,15	0,92	1,15	3,09	1,53	3,13	1,69	1,86	2,01	5,32	1,15	1,90	29,10	24,43	29,10	24,43
1998	2,61	2,43	4,37	2,82	0,73	0,72	1,85	0,11	1,03	2,01	3,34	4,51	29,86	28,61	67,66	60,03
1999	63,45	7,43	2,43	4,23	2,23	3,84	1,09	0,70	1,14	4,76	4,14	5,31	135,40	25,17	294,66	100,31
2000	4,09	0,83	1,87	2,62	1,16	3,33	-0,68	4,12	0,93	4,02	0,12	2,62	27,93	17,33	404,89	135,02
2001	4,68	0,82	2,41	1,99	2,54	2,23	3,79	1,10	4,09	0,28	1,58	1,11	30,01	17,27	556,42	175,62
2002	3,45	1,57	1,98	4,80	1,86	4,38	4,98	-2,17	4,94	10,96	-0,35	4,52	48,72	19,09	876,24	228,22
2003	2,28	2,46	3,12	-1,37	3,00	2,19	3,79	4,80	2,70	3,31	2,71	6,96	42,22	23,28	1.288,44	304,64
2004	3,83	-0,85	0,78	-3,92	2,52	3,68	4,48	4,17	2,77	-0,94	1,95	2,30	22,43	16,17	1.599,90	370,06
2005	-0,28	4,39	1,79	-0,48	-0,50	-1,68	0,98	1,45	6,09	0,65	3,56	2,96	20,33	19,00	1.945,54	459,37
2006	5,96	2,90	0,33	3,35	1,27	0,69	1,74	1,37	0,60	2,61	2,80	1,24	27,74	15,05	2.512,98	543,53
2007	2,29	-0,00	2,70	1,16	3,65	4,58	3,66	2,89	0,27	1,90	2,12	1,99	30,74	11,82	3.316,10	619,62
2008	0,73	4,40	-2,71	3,62	2,65	4,37	-2,46	-3,53	-7,32	-8,91	2,20	1,47	-6,44	12,37	3.096,20	708,64
2009	4,46	0,97	1,98	11,41	4,76	2,28	5,16	3,68	1,81	0,77	2,46	2,19	50,37	9,90	4.705,98	788,66
2010	3,71	-1,30	0,71	-1,66	1,22	1,94	1,44	0,33	0,43	2,84	2,19	1,23	13,75	9,74	5.366,93	875,24
2011	0,48	0,37	3,70	1,71	0,33	-0,19	-1,13	2,44	1,18	1,05	-0,27	2,16	12,36	11,59	6.042,75	988,32
2012	2,75	2,63	1,39	2,55	-0,87	0,96	2,32	0,43	1,83	1,09	2,19	0,77	19,55	8,41	7.243,48	1.079,88
2013	1,40	0,97	1,66	0,36	1,91	-0,51	1,86	2,76	-0,42	1,45	3,71	1,69	18,10	8,05	8.572,99	1.174,90
2014	-0,06	-1,25	-0,65	-0,95	0,91	-0,06	0,12	-1,76	6,69	-0,64	3,46	2,98	8,80	10,81	9.336,59	1.312,68
2015	2,26	4,82	5,09	-1,70	3,87	-0,15	5,41	-0,31	1,38	1,58	2,48	1,04	28,67	13,23	12.041,74	1.499,56
2016	1,09	0,75	-2,47	1,76	1,52	1,76	1,82	1,64	1,20	1,09	1,03	3,07	15,13	14,00	13.879,21	1.723,51
2017	0,11	1,35	1,11	0,43	-0,88	0,45	1,89	0,37	0,51	-0,38	-0,43	0,62	5,25	9,95	14.612,59	1.904,99
2018	3,05	0,12	0,58	-0,18	-1,80	0,29	1,10	0,70	-0,30	3,77	0,55	-0,13	7,91	6,42	15.776,46	2.033,78
2019	3,77	0,09	0,42	0,86	1,28	1,49	0,44	0,18	1,30	0,89	0,00	1,92	13,33	5,97	17.893,01	2.161,12
2020	-0,19	-2,86	-11,46	8,61	2,52	0,91	2,05	1,33	-1,22	-0,49	4,45	1,49	3,94	2,77	18.601,56	2.223,70
2021	0,68	-0,24	1,47	1,20	0,58	-0,21	-2,16	0,33	-0,12	-4,39	-0,24	2,14	-1,13	4,40	18.390,98	2.325,83
2022	1,49												1,49	0,73	18.666,10	2.343,60

\* Calculado desde a constituição do fundo até 31/jan/2022

A Verde Asset Management S.A. ("Verde") não comercializa e nem distribui cotas de fundos ou qualquer outro ativo financeiro. Este relatório mensal retrata as opiniões da Verde acerca da estratégia e gestão do fundo e não deve ser entendido como oferta, recomendação ou análise de investimento ou ativos. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros. A rentabilidade divulgada não é líquida de impostos. O investimento em Fundo não é garantido pelo Fundo Garantidor de Crédito. Leia a lâmina de informações essenciais, se houver, e o regulamento antes de investir. A Verde não se responsabiliza por erros de avaliação ou omissões. Os investidores devem tomar suas próprias decisões de investimento. O investimento em fundos pode resultar em perdas patrimoniais para seus cotistas, podendo inclusive acarretar perdas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do fundo. Para mais informações acerca das taxas de administração, cotização e público-alvo de cada um dos fundos, consulte os documentos do fundo disponíveis no site [verdeasset.com.br](http://verdeasset.com.br). Este material não pode ser copiado, reproduzido ou distribuído sem a prévia e expressa concordância da Verde. **Supervisão e Fiscalização:** Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Serviço de Atendimento ao Cidadão: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br). Contato Institucional Verde AM: [institucional@verdeasset.com.br](mailto:institucional@verdeasset.com.br) / +55 11 4935-8500.

